

Conselheiro Francisco Gomes da Silva
(O CHALAÇA)

MEMÓRIAS

Prefácio e anotações de
NORONHA SANTOS

2.^a Edição

EDITORA SOUZA

Rio de Janeiro - Brasil

— 1959 —

PREFÁCIO

Francisco Gomes da Silva — que passou à história brasileira com o cognome depreciativo de Chalaça, foi, sem dúvida, curiosa figura popular no governo do Rei Velho e de seu filho, de quem se fez dedicado amigo, ajustando-se ao temperamento irrequieto e mulherengo do primeiro Imperador.

Inseparável companheiro de D. Pedro e serviçal mesu-reiro desde a meninice do filho de Carlota Joaquina, com quase todos os seus defeitos — frascário, estouvado e valentão — uma coisa não se lhe poderá jamais negar dentro daquele feitio de meridional turbulento e passional: — a sua constante gratidão ao Imperador, correspondendo à amizade e aos favores recebidos do treslucado rebento bragantino.

Folgazão, irreverente, sempre disposto ao comentário burlesco em torno de homens e coisas do seu tempo, de gestos chalaceantes, de compleição robusta e dispondo de força física, era, contudo, cativante no trato e de muita astúcia para seduzir as mulheres e lisonjear os poderosos mais ligados à corte.

Filho do ourives da casa de Bragança, Antônio Gomes da Silva e de Maria da Conceição Alves, nasceu em Lisboa a 22 de setembro de 1791 e batizaram-no na igreja matriz da freguesia de São Julião.

Foi, certamente, ali, que se lhe abriram os olhos às manhãs perfumadas e aos luars claríssimos da Estremadura. Cresceu, ouvindo ternas cantilenas de fados e a música saltitante das guitarras.

Em seu romance histórico — No tempo do rei, Moreira de Azevedo apresenta-o à posteridade como filho natural do Visconde de Vila Nova da Rainha (1) — a quem, na verdade, deveu solícita proteção até a adolescência.

Assis Cintra, em seu livro — “O Chalaça — favorito do Império”, apoiando-se no depoimento de Moreira de Azevedo e em crônicas antigas de outros escritores, retraça-lhe o perfil.

Ressurgem os amores clandestinos e as diabruras do favorito imperial. Vêmo-lo arrogante e desabusado, epicurista e prestativo, a um tempo, a garatujar pensamentos para D. Pedro I e a redigir com pena de pato artigos e parágrafos da Constituição Imperial de 25 de março de 1824 e da carta constitucional portuguesa, que, segundo memorialistas lusos, éle a trasladou com caprichosa caligrafia, registrando-a em livros burocráticos, no Brasil e nos anais parlamentares do Reino. (2).

Depois de inventariar os elementos de que dispôs para

(1) *Tenente General Francisco José Rufino de Sousa Lobato. Fêz parte do estado maior general do exército português no Brasil, tendo aqui chegado com a família real em 1803. Regressou à metrópole na comitiva de D. João VI, deixando o Rio de Janeiro a 26 de abril de 1821 num dos navios da esquadra real constituída pela nau “D. Pedro VI”, duas fragatas e vários transportes e charruas. Chegou a Lisboa a 3 de julho e na mesma data resolveram as Côrtes Portuguezas permitir o seu desembarque e de outros passageiros, considerados suspeitos, contanto que fóssem residir longe da Capital do Reino. Nesse sentido foi notificado Vila Nova da Rainha a 11 de julho de 1821.*

Faleceu em Portugal a 6 de maio de 1830, em idade avançada.

(2) *Livros e jornais citados por Assis Cintra e que lhe serviram de achegas à elaboração de “O Chalaça” — favorito ao Império”:*

a) *Os trabalhos do próprio Francisco Gomes da Silva;*

b) *Biografias: — a que foi escrita pelo Dr. Francisco Gomes da Silva, a da lavra de Pinheiro Chagas; a de Mendes Brito e a de Antônio Sampaio de Almeida — talvez a mais interessante pelas escandalosas referências acêrca da verdadeira filiação do “Chalaça” e da sua vida;*

c) *“Revelações do Marquês de Barbacena”;*

d) *“Brasil Aflito” e “Tumores dos Braganças”, de Clemente de Oliveira; e*

e) *“Les amours de la famille Bonaparte” — de Pierre Renaudin.*

elaborar o seu trabalho sôbre a tão discutida personagem do primeiro reinado, escreve o conhecido historiador :

“*Afinal o que se vai ler, não é meu; é dos outros, é de gente antiga que escreveu essas coisas. Neste livro, eu fui apenas um copista. Copista também fui nos livros “As Amantes do Imperador e Carlota Joaquina”.*

E, assim, escudado em historiadores bisbilhoteiros do passado, que se deram ao penoso trabalho de esmerilhar segredos de alcovas e derriços amorosos, escreve Assis Cintra sôbre a vinda de Gomes da Silva a êste “vale de lágrimas” :

“O português Antônio Gomes da Silva, ourives da casa real, deu-lhe o nome, perfilhando-o e legitimando-o, a pedido do Visconde de Vila Nova da Rainha, que era o verdadeiro pai. Essa legitimação, que custou 8.000 cruzados ao Visconde, foi consequência do contrato de casamento do fidalgo com a filha do Conde de Resende, que exigia, preliminarmente, que o noivo se desfizesse do garoto, que até então se criava na sua casa com regalias de filhote de raça.

A mãe, que o deu à luz em Lisboa, a 22 de setembro de 1791, era uma aldeã robusta e formosa cachopa de 19 anos, serviçal de quarto da família do Visconde donjuanesco.

Maria da Conceição Alves, a moçoila seduzida, registrou o produto dos seus amores como filho de pais incógnitos. E, quando a condessinha de Resende, a graciosa e senhoril D. Inês, se deixou vencer pelos enleios amorosos do titular de Vila Nova da Rainha, exigiu-lhe a remessa da rapariga para a África e o afastamento do menino, então com oito anos de idade, para longe de Lisboa. E foi assim que o fidalgo, conseguindo do seu protegido Antônio Gomes a obrigação de legi-

timar a criança, mediante um adjutório de 8.000 cruzados, ainda arranhou de lambugem, para o testa de ferro sui generis, o emprêgo de ourives da casa real."

Estudante do seminário de Santarém, na província da Estremadura, sob o patrocínio do Visconde de Vila Nova da Rainha, obteve algum aproveitamento nas aulas, mostrando-se, no entanto, inafeito à vida eclesiástica. Aprendeu o francês, o inglês, o italiano e o espanhol — "línguas que falava correntemente na sua idade madura". (3)

Em novembro de 1807 foi chamado a Lisboa pelo pai que devia acompanhar a família real e apressadamente deixou o seminário.

Pouco lhe faltava para ultimar o curso e receber ordens sacerdotais, quando ocorreu a invasão francesa.

Chegou ao cais de embarque em Lisboa na manhã em que D. João e sua numerosa comitiva fugiam na esquadra real ao mando do futuro Conde de Cesimbra.

Dir-se-ia a derrocada de uma nação em desespero, apavorada ante a invasão de Junot, cujas avançadas já haviam deixado Abrantes, a 22 léguas de Lisboa. Tudo embarcava nas vinte embarcações grandes e pequenas da esquadra, na maior desordem.

Diante do inimigo, que estava a poucas léguas da Capital, ninguém teve o cuidado nem o vagar para ordenar a devida arrumação dos volumes, fardos e ninharias de objetos da casa real e da numerosa comitiva transmigrada.

Francisco Gomes da Silva chegou ao Rio ne Janeiro a 7 de março de 1808. Aqui desembarcou no dia seguinte, com a nobreza polvilhada, iletrada, mas pretensiosa — nobreza fadista e arruaceira, muito dada às festas de igrejas e do

(3) Assis Cintra — "O Chalaça — favorito do Império" — página 12.

Curro, onde, de quando em vez, o Senado da Câmara mandava anunciar uma tourada sangrenta.

Na florescência dos seus dezesseis anos, nessa quadra risonha de sonhos, em que tudo se nos afigura fácil e belo, deveria ter achado deveras aprazível a grande vila portuguesa assente à margem da Guanabara, com o pitoresco de costumes, muitos deles vindos da metrópole.

E nesta "cidade, a mais ditosa do Novo Mundo" — na frase do padre Luís Gonçalves dos Santos, o célebre padre Perereca das "Memórias para servir à história do Brasil", êle iria viver e representar a grande comédia da sua venturosa existência.

A abertura dos portos brasileiros ao comércio de tôdas as bandeiras amigas da monarquia lusa fôra o primeiro passo para a expansão do trabalho e, conseqüentemente, para o bem-estar da multidão de fidalgos ociosos que vieram com a família real.

A terra era dadivosa e atraente, "país encantador" — dizia dez anos depois da chegada da côrte portuguesa a sereníssima senhora princesa Leopoldina — "cheio de lugares deliciosos, montanhas elevadas, prados verdejantes, florestas com árvores raras e magníficas".

Iniciou Gomes da Silva no Rio de Janeiro a sua vida trabalhando com o pai, estabelecido, ao que dizem, com oficina de ourives na rua Direita. "Indisposto com o velho por causa de serenatas e desordens — acrescenta Assis Cintra — armou na rua do Piolho (hoje da Carioca) uma lojinha de barbeiro, dentista e sangrador com aplicações de bichas e ventosas". (4)

(4) Não encontramos em nossas pesquisas nenhuma referência a Francisco Gomes da Silva, como barbeiro, dentista e sangrador, através da farta documentação que possui o Arquivo Municipal. Por ocasião do 3.º Congresso Odontológico, servimo-nos desses excelentes subsídios para a notícia histórica publicada no "O Jornal", de 21 de julho de 1925, sob o título "A arte dentária no velho Rio de Janeiro".

"Amancebando-se com a famosa Maria Pulquéria, vulgo Maricota Corneta (5), dona de uma hospedaria da rua das Violas (hoje Teófilo Otoni), dali saiu em 1809 para se associar com Sebastião Cauler, num botequim do largo do Paço, junto ao Arco do Teles."

Depois da ave-maria se reuniam naquela hospedaria boêmios e jogadores, cantadores e valentes e entre os seus freqüentadores contava-se, ainda ao tempo do rei velho, Sua Alteza Real o Príncipe D. Pedro, que ali peneirava, pela primeira vez, disfarçado, com grande capa usada pelos paulistas.

"Aboletado numa das mesas de pau tosco, D. Pedro assistiu à disputa de dois turunas. De repente, José Januário, encarando o pseudopaulista, abriu a bôca num sorriso alvar e cantou:

Paulista é pássaro bisnau,
sem fé, nem coração:
é gente que se leva a pau,
a sopapo ou pescoção.

Tôda a assistência olhou para o homem do capote paulista e riu numa estrondosa gargalhada.

D. Pedro, rubro e nervoso, levantou-se. Afastando, colérico, a ponta do seu grande capote, com que ocultara a face ao entrar na espelunca, gritou ao companheiro, dando-se a conhecer:

— Meta o pau nessa canalha... O negralhão branqueou ao reconhecer o príncipe e... azulou na mais

(5) Maricota Corneta — porque a hospedaria dava o sinal da hora das refeições por meio de uma corneta, que pertencera ao falecido marido de Maricota, corneteiro do antigo corpo de infantaria da Corte, segundo Assis Cintra.

Hospedaria da Corneta — escrevem o autor do "O Chalaça" e Araújo Guimarães — "A Corte no Brasil" — Figuras e aspectos".

desabalada das corridas, emprestando a melhor canela do veado da fábula.

Os valentes sumiram-se, com exceção de um: o Chalaça.

Para êle investiu o companheiro do príncipe, de cacete erguido. Esperto como um raposão, Chiquinho Chalaça evitou o golpe e com uma rasteira de arraia, pôs o agressor no chão, de pernas ao ar. Tomou-lhe o pau e, segurando-o pelo casaco, atirou-o por uma porta, para o quintal da hospedaria.

Maricota Corneta escondeu-se debaixo da mesa. Defrontaram-se apenas dois homens: o Chalaça e o Príncipe. Êste último tremia de furor. Então, calmo e sereno, o barbeiro tirou o largo chapéu catalão que usava e, numa curvatura de gentilhomen, fazendo com o sombrero um semicírculo no ar, quase tocando o assoalho, um sorriso nos cantos dos lábios, murmurou: — Francisco Gomes da Silva apresenta a Vossa Alteza os seus respeitos e os seus serviços.

D. Pedro não se conteve. Estrondou uma formidável gargalhada, dessas que só os portugueses sabem dar depois de um bom vinho de Traz-os-Montes e de uma bacalhoadada à minhota. Em seguida, alegre aceitoso:

— Chalaça, tu és um homem..." (6)

Naquela sociedade da côrte lusitana, onde D. Pedro e D. Miguel viviam à vontade, à rédea solta, uma vida desenfreada, de rudes ocupações campestres e de bravia incultura (7), o Chalaça era de fato um homem, um grande homem...

Crescera o filho de D. João VI — escreve o hanoveriano Eduardo Teodoro Boesche em seus Quadros Alternados —

(6) Assis Cintra — "O Chalaça — favorito do Império" — páginas 26 e 27.

(7) Luís Norton — "A Côrte de Portugal no Brasil" — pág. 131.

entre negros e mulatos, bem conhecera a ginástica e pouca coisa mais... Passava dias a fio nas estrebarias do palácio, entre negros e moços de cavalaria ou estafando cavalos. (8)

D. Pedro satisfazia a sua paixão pelos cavalos, doido por cavalarias e volteios, por galopadas frenéticas e arriscadas equitações, enquanto D. Miguel, munido de um longo agulhão e ajudado por alguns negros e pelo feitor, lavrava o campo com um arado puxado por três juntas de bois. (9)

Por uma das muitas estroinices do Chalaça, o Rei D. João VI o expulsara da casa real, castigo que lhe fôra imposto por haver sido encontrado em colóquio amoroso com certa senhora casada, dama da côrte, num dos bosques da fazenda de Santa Cruz. Com essa senhora fugiu para lugar ignorado. De ordem del Rei, o ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal fêz baixar o aviso, que foi publicado na Gazeta do Rio de Janeiro :

"Sr. Corregedor — Não devendo ficar impune o desatino em que caiu o reposteiro da Câmara Francisco Gomes da Silva de, aleivosamente, aliciar e raptar uma dama do Paço, é El Rei Nosso Senhor servido que vossa mercê faça intimar o sobredito reposteiro que não entre mais no Paço, e que deve sair para fora da Côrte numa distância de dez léguas, até segunda ordem. O que participo a vossa mercê para que assim o execute. — Deus guarde a vossa mercê."

Não durou muito o cumprimento da pena infligida, pois, em 1816, nomeava-o o monarca juiz de balança da Casa da Moeda.

(8) "Apud" — "Rio de Janeiro de antanho" — Afonso Taunay — "Rev. do Inst. Hist. Bras." — tomo 90 — vol. 144 — pág. 526.

(9) Luis Norton — "A Côrte de Portugal no Brasil".

Por interferência do Visconde de Vila Nova da Rainha, expedira-se outro aviso ao corregedor, revogando o destêrro, proibindo-se-lhe, todavia, até segunda ordem, a entrada no Paço.

Reposteiro ou criado da casa real em 1810, agraciado com o hábito de Cristo, em 1812, cavalheiro da Ordem do Cruzeiro, comendador da Torre e Espada e da Ordem de Leopoldo, da Áustria, Coronel Comandante do 2.º esquadrão da imperial guarda de honra, Intendente das imperiais cavalariaças, Oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, empregado do Gabinete do Imperador... trasladou Francisco Gomes da Silva, em 1825, como Oficial maior da Secretaria do Império, a Carta Constitucional de 1824, com a sua atraente caligrafia, datando o respectivo traslado de 4 de abril daquele primeiro ano.

* * *

Em consequência da revolução do Pôrto, em 1820, que estabeleceu no reino o regime constitucional, partiu D. João VI para Portugal a 26 de abril do ano seguinte.

Espalhados pelos navios da frota real seguiram os ministros do gabinete do rei, os fidalgos mais ligados à sua côrte e numerosos criados — excetuados três ou quatro, em cuja lista figurava Francisco Gomes da Silva — o Bem Conhecido, ou o Chalaça, que aqui deveria ficar ao serviço privativo do príncipe D. Pedro.

Tôdas as embarcações surtas no pôrto, embandeiradas, acompanharam a frota, tendo a maruja a postos. Os comandantes, nos passadiços, assestaram binóculos para a nau D. João VI.

*No momento da despedida, novas recomendações reite-rou o rei aos que aqui ficavam. Deveriam ser bons portu-
guêses — para que se mantivesse íntegra a aliança do velho*

reino de além mar com o Brasil, para que a grande colônia americana continuasse sob o domínio luso...

No olhar saudososo do rei havia um misto de ternura e descontentamento e, talvez, de seus lábios saísse, gaguejado pela emoção, o conselho paternal ao príncipe regente — repetindo-lhe o que lhe dissera dois dias antes:

— “Pedro, se o Brasil se separar, seja para ti que me hás de respeitar, do que para alguns dêsses aventureiros.”

Daí em diante transcorre a vida faustosa de Francisco Gomes da Silva, já trintão e gentilhomen da casa imperial.

A 14 de agosto de 1822 seguiu para São Paulo, acompanhando o príncipe regente, numa galopada de dez dias, vencendo as cinco pessoas da comitiva as noventa e seis léguas, que, através de péssimos caminhos, separavam a corte do Rio de Janeiro daquela cidade.

A proclamação da autonomia brasileira já fôra preestabelecida. Faltava-lhe apenas a oportunidade para sua efetivação, que dentro de poucos dias se iria consumir.

Os ânimos em São Paulo estavam exaltados. Nos cochichos o que mais se pronunciava era a palavra Independência. (10)

A 24 de agosto, nas circunvizinhanças da capital de São Paulo, Gomes da Silva e Francisco de Castro Canto e Melo, irmão de Domitila — a futura marquesa de Santos — foram designados por D. Pedro para sondar o espírito do povo e à meia-noite regressaram trazendo as melhores informações.

A 7 de setembro estava Gomes da Silva no Ipiranga, e foi uma das testemunhas presenciais da proclamação da Independência, assistindo a todos os lances do glorioso acontecimento. (11)

(10) Carlos Maul — “A Marquesa de Santos” — pág. 31.

(11) O “Brasil Reino” e “Brasil Império”, de Melo Moraes, pai, tomo I, pág. 385, reproduz a notícia que fôra publicada no “Espelho”, em princípios de setembro de 1823.

O “Correio Mercantil”, de 14 de janeiro de 1865, inseriu a des-

Soldado da guarda de honra do Imperador, era promovido a tenente a 24 de abril de 1823 e no mesmo ano, a 4 de setembro, galgava o posto de ajudante. No ano seguinte, a 7 de setembro, recebia os galões de capitão. O favoritismo do monarca fê-lo, a 10 de outubro de 1827, coronel comandante da guarda de honra — acumulando estas funções com as de oficial de gabinete da secretaria do paço imperial, o célebre gabinete secreto, para o qual fôra nomeado a 1.º de dezembro de 1823.

Em 1825, novo cargo remunerado lhe fôra outorgado, por decreto de 4 de abril — o de oficial maior da Secretaria do Império. Conselheiro e Cavalheiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, em 1826, recebeu no mesmo ano a comenda portuguesa da Torre e Espada — por serviços prestados à carta constitucional do reino, concedida por D. Pedro I, Imperador do Brasil, à terra do seu nascimento.

Servical, o mais graduado e prestadio no gabinete privado e nas confidências palacianas, conhecia ségredos do Imperador e das suas amantes, que, no dizer de Melo Moraes — foram de “diferentes classes, côres e condições” — permitindo-lhe partir “o amor em bocadinhos” — sublinha Escraignolle Doria.

* * *

Realizada a obra da Independência com o concurso poderoso das lojas maçônicas, da sagacidade e cultura privilegiada de José Bonifácio, auxiliado por Gonçalves Ledo, e pelo Reverbero, de tendências francamente republicanas — restava, contudo, consolidar o Império a emancipação política proclamada no Ipiranga.

crição da viagem de D. Pedro, transcrevendo as notas publicadas por Francisco de Castro Canto e Melo, que foram, por sua vez, transcritas no “Brasil Histórico”, de Melo Moraes.

O “Quadro Histórico da Independência”, de P. A. do Vale, publicou-o o Jornal do Comércio de 20 de julho de 1854. Nêle figuram os nomes das quarenta testemunhas presenciais do grito do Ipiranga.

Para os brasileiros, a metrópole fôra mais que humilhação, governando sem justiça e cobrando tributos vexatórios. Com os recursos cruéis dos barações, fuzilamentos e seqüestros, masmorras e degredos, sufocou sempre tôdas as manifestações de liberdade.

"O Brasil de 1822 era mais republicano do que em 1789 ou em 1817. A violência dos castigos aos revolucionários daquelas épocas aumentou o número de adeptos do regime vitorioso em tôda a América e era aos republicanos que Pedro I enfrentava." (12)

Neste trecho de carta da imperatriz Leopoldina, escrita a seu pai e datada de São Cristóvão, em 12 de dezembro de 1822, a espôsa do soberano brasileiro que, onze dias antes fôra coroado e sagrado Imperador — descrevia com exatidão o verdadeiro cenário em que se encontrava o Brasil:

"O Barão de Marshall dar-vos-á notícia de tudo, portanto, nada conto, sòmente peço que considereis os fatos sôbre outros pontos de vista e estejais convencido de que não poderia ser de outro modo, visto o povo estar voltado às idéias republicanas." (13).

* * *

De criado do paço ascendera ràpidamente Francisco Gomes da Silva a altos postos de distinção. Foi secretário privado do Imperador, e bem ou mal, justa ou injustamente, deram-lhe a responsabilidade de muita coisa que então se fizera no paço e continuava a se praticar — provocando a ira dos jornais incendiários, como eram chamados os órgãos de publicidade que moviam desabrida oposição ao monarca.

(12) Carlos Maul — "A Marquesa de Santos".

(13) "Cartas da Imperatriz", conservadas no arquivo do Castelo d'Eu — "Apud" — "A Côte de Portugal no Brasil", Luis Norton.

Um dos mais virulentos désses jornais e panfletos era *A Malagueta* — que se destinava a queimar com a pimenta da crítica a língua louvaminheira e a bôca voraz dos adula-dores do paço e dos príncipes. (14)

O redator principal era Luís Augusto May, ex-aluno da Universidade de Coimbra. Servira no 3.º batalhão acadêmico com José Bonifácio, durante a invasão francesa. Pertencia à loja maçônica da Praia Grande — de que era uma das mais fortes influências o negociante português Manoel Joaquim Portugal de Lima, com loja na rua do Ouvidor n.º 15 e arma-zém nas proximidades da Alfândega. (15)

A reação que se operou entre os homens políticos do fim do primeiro reinado, profligando desmandos do Imperador e da camarilha que o cercava, obrigou D. Pedro em assentir na retirada do famoso Francisco Gomes da Silva, do Rio de Janeiro.

* * *

Em três capítulos de suas Memórias, publicadas em 1831, investe furibundo o favorito imperial, numa cerrada e irritante acusação ao Marechal Brant Pontes — esmiuçando episódios e fatos ocorridos nas missões diplomáticas de 1827

(14) O primeiro número da "*A Malagueta*" saiu a 15 de dezembro de 1821. Publicou-se o panfleto de May até 1832.

(15) Rico mercador e liberal exaltado, Portugal de Lima foi quem encomendou no Havre o material tipográfico para "*A Malagueta*" — fazendo oferta de caixotins, tipos e máquinas a Luís Augusto May.

Em 1823 a fôlha do intrépido jornalista contava no Rio de Janeiro 500 assinaturas, tendo grande venda avulsa.

A 6 de junho desse ano, em sua casa, na rua São Cristóvão, sofreu Luís May brutal agressão, recaindo a autoria do atentado sobre certos indivíduos ligados ao ministério e ao Imperador. Pouco depois, escrevia o destemeroso jornalista:

— "Podem os capangas repetir as suas agressões, podem matar-me. Se eu morrer, aparecerá outro que me substituirá, porque o pensamento não morre com as pessoas. O que o governo não pode, a não ser que queira fazer do Brasil, Turquia ou África, é impedir que "*A Malagueta*" circule e seja lida."

a 1829 e dando ao velho titular a responsabilidade pela derrota de Ituzaingo, na guerra do Prata.

Os documentos hoje divulgados através da Vida do Marquês de Barbacena, de Antônio Augusto de Aguiar, são suficientes para que se tenha a certeza da solicitude com que sempre agira o marquês em relação a Gomes da Silva, até a quebra das relações cordialíssimas observadas durante largos anos.

Numa carta de 25 de julho de 1828, referindo-se às despesas levadas à conta da viagem da menina D. Maria da Glória, dizia a Barbacena o secretário privado do Imperador :

“A demora do paquete deu-me logó a escrever-lhe com mais vagar e a ajuntar tôdas as contas das despesas feitas com a viagem de S. M. F.

Da conta junta verá que ela importa em 97:081\$345; todos os documentos estão na minha mão, exceto o que é da ucharia e mantiaria, pois preciso de tempo para bem os verificar e depois saber o que por lá houve; e como pretendo pagá-los em consignações mensais, quando receber notícia da chegada de V. Exa. à Europa, e obrar em conformidade do que me disser.

Diga-me V. Exa. uma coisa, como amigo, àquela importância de noventa e sete contos e tanto da despesa feita por conta de Portugal, não se poderia acrescentar uma comissão de 5% de compras, agência etc.; se vir que tudo isto tem lugar, parece-me que poderei ter pelo meu trabalho aquela comissão; quando, porém, pense que não tem lugar, faça o obséquio de persuadir-me que em tal não falei.”

Acusando o recebimento desta missiva e das que lhe haviam sido endereçadas a 22 e 27 de julho, dizia, a 9 de outubro, Barbacena, já em Londres, que “a comissão a respeito da qual me consulta na sua carta, é de lei em tôdas

as compras e acho que a deve carregar em tudo, menos nos 33:650\$970, da marinha, e formará o último artigo da conta geral das despesas feitas no Rio, dêste modo: comissão de . . . por cento paga a diferentes pessoas empregadas na compra dos objetos da ucharia etc. Dêste modo, não é V.S. quem recebe a comissão e não haverá motivo de raiva, visto que os nossos faladores desejam sobretudo ver os fiéis servidores do imperante morrerem de fome”.

E nessa carta, em que procurava salvar as aparências, satisfazendo a cupidez de Gomes da Silva, rematava Barbacena:

“Tenha dó de mim, pois o pêso dos importantes negócios a meu cargo excede de muito às minhas fôrças.”

Em resposta ao que lhe escrevera o velho titular, depois de dar alguns informes sôbre os negócios de Portugal, da aventura de D. Miguel e a propósito do reconhecimento das filhas da marquesa de Santos, acentuava Gomes da Silva que “o nosso bispo diocesano tem feito atos grandes; bandeou-se com a canalha republicana. Nosso amo agora escreve à Sua Santidade, pedindo-lhe uma bula para o demitir de bispo e capelão-mor; a carta vai dirigida a Itabaiana; tome isto a seu cuidado”.

Agradecia o obséquo da comissão de 5% sôbre a quantia líquida de 64:547\$875, abatidos os 33:650\$970, citados por Barbacena, da importância total que fôra, no entanto, elevada a 98:198\$845, acrescidos com a comissão; ascendendo assim a dívida a 101:426\$235.

Da quantia líquida — deveriam caber-lhe 3:227\$300 — que bem conta me fazem, confessava Gomes da Silva.

Pretendendo contestar as alegações do marquês de Barbacena, na célebre e vibrante carta dirigida ao Imperador a 15 de dezembro de 1830, acêrca das missões exercidas na Europa, e da direção dada aos negócios públicos, fêz publicar Gomes da Silva no transcorrer de 1831, na cidade de Lon-

dres, onde se achava, um opúsculo com o título — A Exposição do Marquês de Barbacena comentada por um brasileiro nato. (16)

* * *

As Memórias oferecidas à Nação Brasileira por Francisco Gomes da Silva foram impressas em Londres em 1831 por L. Thompsom — in-4.º — com 165 páginas e uma fôlha. A sua autoria foi atribuída pelo Dr. Melo Moraes (pai), a Almeida Garret, que, segundo o velho historiador, recebera por êsse serviço trinta libras.

Num exemplar dêsse trabalho (pertencente à biblioteca do Instituto Histórico) em que Gomes da Silva faz a sua autobiografia, exagera serviços e ataca rudemente o marquês de Barbacena, figuram à margem das páginas algumas notas a lápis, pelas quais se conclui que quem recebeu o dinheiro do Chalaça foi Rodrigo da Fonseca Magalhães.

O antigo possuidor dêsse exemplar foi o conselheiro Antônio de Meneses Vasconcelos de Drumond, que profusamente o anotou. Em mais de uma nota atribui Drumond a autoria das Memórias (livro hoje raríssimo) a Rodrigo da Fonseca Magalhães, posteriormente ministro de Estado em Portugal, político de grande nomeada e afamado orador.

Amigo do marechal de campo Luís do Rêgo Barreto, que depois de se haver distinguido na guerra peninsular, fôra escolhido para governar a província de Pernambuco, quando sufocada a rebelião de 1817, desposou uma filha daquele governador. (17)

(16) Esse opúsculo foi impresso por Santerre Freres e continha quarenta e três páginas in-8º de IV.

A autoria — diz Tancredo Paiva, em suas "Achegas a um Dicionário de Pseudônimos", é atribuída a Almeida Garret.

(17) Rio Branco, em nota à "História da Independência", de Varnhagen, o dá como um dos portugueses comprometidos na revolução pernambucana de 1817.

Fugiu para a Europa, ocultando-se em Lisboa, após o fracasso

Faleceu em Portugal em 1858.

Estudante em Coimbra em 1808, interrompera os estudos e se fizera soldado para combater os franceses, tendo no último período da guerra servido como tenente no regimento comandado por seu futuro sôgro.

* * *

Francisco Gomes da Silva, que viera em 1808 com a família real, aqui viveu à tripa fôrra. Estava na Europa já há algum tempo quando se deram os acontecimentos de 1831, que determinaram a expulsão do primeiro Imperador.

A Regência trina, por ato de 9 de dezembro de 1831, o demitiu do cargo de oficial maior graduado da Secretaria do Império.

Foram estes os termos do decreto dos regentes:

"Sendo de pública notoriedade, por informações verídicas chegadas ultimamente da Europa, que Francisco Gomes da Silva que ali se achava com licença para tratar de sua saúde, não só não está doente, mas antes bom, pelo contrário, e trabalha ativamente ao serviço de Portugal e do ex-imperador, hoje duque de Bragança, mostrando por isso não querer mais pertencer à grande família brasileira: a Regência, em nome do Imperador, há por bem demiti-lo do lugar de oficial maior graduado da secretaria de Estado dos Negócios do Império."

da insurreição. Regressou à cidade do Recife em 1818, recebendo asilo do seu amigo chefe e amigo Luis do Rego.

"Assistiu, assim — escreve Rio Branco, todos os acontecimentos políticos de Pernambuco desde 1818 até 1821 e durante eles foi o melhor conselheiro de seu sogro."

No navio "Charles et Adèle" deixou Fonseca Magalhães a capital pernambucana a 26 de dezembro de 1821. Contava então 32 anos.

Em represália ao que escrevera o grande jornalista Evaristo da Veiga, constituiu Gomes da Silva advogado, dando-lhe procuração e plenos poderes para chamar à responsabilidade o redator da Aurora Fluminense. Evaristo compareceu perante o Júri e foi absolvido, tendo a presidir o conselho de sentença o padre Januário da Cunha Barbosa.

Em 1834, após a morte de D. Pedro IV, o autor das Memórias Oferecidas à Nação Brasileira, acompanhou D. Amélia, duquesa de Bragança, a Munich, a Berlim e à ilha da Madeira, tornando-se amigo dedicado da sua antiga inimiga de 1829-30 — e amigo confidencial no exercício do cargo de secretário particular da casa de Bragança e com a alta dignidade de conde de Ourém.

A 30 de setembro de 1852 faleceu, em Lisboa, Francisco Gomes da Silva, contando 61 anos de idade e vinte e dois de ausência do Brasil.

Deixou avultada fortuna, além das quantias distribuídas a seus filhos, em 1851.

As suas últimas palavras, proferidas in extremis, ao padre José de Assunção, foram de profundo arrependimento "por seus grandes pecados"... (18)

NORONHA SANTOS

(18) Assis Cintra — "O Chalaça — favorito do Império" — pág. 21.

Faleceu — não a 30 de dezembro, mas sim a 30 de setembro de 1852 — como se vê no "Jornal do Comércio" de 25 de novembro desse ano, ao publicar o convite dos amigos de Gomes da Silva para a missa do sexagésimo dia de sua morte, a celebrar-se a 30 de novembro, na igreja dos Terceiros do Carmo, às 10 horas da manhã.